

EDITORIAL

É com muita satisfação que a Revista Sociais e Humanas publica o segundo volume da edição temática Políticas Públicas. Essa edição conta com 13 trabalhos inéditos que abordam o tema políticas públicas dentro do contexto da administração, antropologia, ciências contábeis, ciências sociais, economia, educação, história e psicologia social.

O primeiro artigo intitulado “Imigração e Políticas Públicas: um Estudo com Imigrantes Argentinos e Uruguaios” da autoria de Adriane Roso e Lígia Bervian estuda as narrativas de imigrantes uruguaios e argentinos, residentes no interior do estado do Rio Grande do Sul, no que tange às suas experiências de imigração. Para tal realização, as autoras valeram-se de um estudo qualitativo embasado em entrevistas semi-estruturadas abrangendo questões referentes à cultura, processos de aculturação e políticas públicas para imigrantes. No artigo “Novos Papéis dos Diretores Escolares: Desafios e Questões para a Gestão Democrática da Educação”, Maria de Fátima Magalhães de Lima buscou analisar a gestão democrática e o funcionamento dos conselhos escolares em escolas de Ensino Fundamental com bons resultados em exames nacionais mediante a realização de uma *survey* junto a quatro escolas públicas da rede municipal do Rio de Janeiro. María Cecilia Ferraudi Curto busca no artigo “La Territorialización de las Políticas Públicas Asistenciales en Buenos Aires Después de 2001” explorar os processos de territorialização vinculados às políticas públicas de combate à pobreza por meio de uma pesquisa etnográfica acerca de diferentes programas sociais implementados após o ano de 2001 na cidade de Buenos Aires.

O quarto artigo “Políticas Públicas de Patrimônio Cultural em Portugal: da Gênese à Maioridade – Uma análise a três programas e dezenove anos de intervenções” desenvolvido por Vítor Daniel Pires Ferreira pretende, a partir de uma pesquisa de cunho bibliográfico, traçar a evolução das políticas públicas de cultura no que concerne ao Patrimônio Cultural em Portugal e compreender a interligação destas com outras políticas públicas. O artigo “Entre Territorializações de Fazeres: uma Clínica da Atividade com Trabalhadores de Saúde Mental” proposto por Vera Lúcia Inácio Souza e Tania Mara Galli Fonseca aborda territorializações de fazeres cotidianos de trabalho, através de expressividades produzidas com os trabalhadores da Oficina de Criatividade e do Ateliê de Artes do Hospital Psiquiátrico São Pedro. Para criar formas de romper com as inteligibilidades que atravessam os modos de trabalhar com a loucura os autores desenvolveram um Dispositivo Clínico-Institucional de Análise da Atividade que, através de imagens fotográficas, envolve, em suas linhas, a escrita da pesquisa, o acompanhamento das situações de trabalho e a análise coletiva da atividade.

Analisar o contexto e as implicações da adoção de um novo modelo de gestão de saúde pública no Estado do Mato Grosso, baseado na entrega da administração de hospitais públicos regionais do Estado para as Organizações Sociais é o objetivo do artigo “As Organizações Sociais de Saúde e a Gestão de Hospitais Públicos no Mato Grosso: Contexto e Implicações” desenvolvido por Licemar Vieira Melo e Cláudia Regina Paese. Ainda no campo da administração pública, Ana Lucia Bortolin, Flavia

Luciane Scherer e Jose Carlos Segalla buscam no artigo “Dispensas e Inexigibilidades de Licitação na Universidade Federal de Santa Maria” analisar os processos de dispensa e inexigibilidade de licitação realizados na UFSM a fim de compreender quais os motivos que levam à realização de compras sem prévio processo licitatório.

A inclusão da sustentabilidade ambiental nos processos licitatórios da esfera federal é o assunto de destaque do artigo “Os Editais Licitatórios e as Obras Públicas Sustentáveis: um Estudo de Caso em uma Instituição Federal de Ensino Superior”, desenvolvido por Alessandra Daniela Bavaresco, Maria Dolores Velasquez, Lucia Rejane Madruga e Vania Fatima Estivaleta. A partir da realização de um estudo de caso e da identificação das exigências legais e de sua relação com as etapas de um processo de licitação, as autoras buscaram identificar critérios de sustentabilidade ambiental nas licitações de obras e serviços de engenharia.

O nono artigo, “ICMS Ecológico: uma Abordagem à Gestão Ambiental nos Municípios do Rio Grande do Sul”, escrito por Caroline Do Amaral Ribeiro, Marivane Vestena Rossato, Jaqueline Carla Guse, Luiz Antônio Rossi De Freitas e Andrea Cristina Dorr, avalia o mecanismo do ICMS Ecológico como instrumento de gestão ambiental, nos municípios gaúchos que auferem recursos a partir do registro de unidades de conservação. William Soares Santos discute no artigo “Fundamentos para uma Economia Alternativa: Abordagem Teórica acerca da Economia de Comunhão (Edc), Partindo da Teoria da Dádiva Proposta por Marcel Mauss” a atualidade/proximidade da Teoria Dádiva, buscando destacar os princípios da Dádiva identificados nos mais diferentes grupos e sociedades e indicar se há ou não possíveis relações entre a “Economia de Comunhão” (EdC) e a teoria da Dádiva.

No artigo “Microcrédito, Dádiva e Narrativas: Esboços Interpretativos sobre o Programa Crediamigo por Meio de Histórias de Vida” o autor Raul da Fonseca Silva Thé procura, por meio da construção de uma história de vida, estudar as práticas da política pública de microcrédito, enfocando o Crediamigo, em suas possibilidades de entender as visões de desenvolvimento nele contidas. Refletir sobre as contribuições e a aplicação da Gestão do Conhecimento (GC) nas organizações públicas, levando em consideração as características desse ambiente, é o foco do artigo “Gestão do Conhecimento em Instituições Federais de Ensino Superior: Notas sobre um Estudo de Caso” desenvolvido por Elisete Kronbauer e Jefferson Menezes de Oliveira. Para tal realização, os autores utilizaram-se do retrospecto histórico como estratégia epistêmica a fim de ressaltar os modelos, as aplicações e as particularidades da GC, para, então, relacioná-los às características do setor público.

O último artigo “Efeitos Sociais e Afetivos das Políticas Públicas de Inclusão Digital: Etnografando-se uma Organização Não-Governamental” da autoria de Larissa Medianeira Bolzan, Josiane Silva de Oliveira e Mauri Leodir Löbler visou compreender como ocorre o processo de inclusão digital desenvolvido por uma Fundação, a partir das percepções dos indivíduos que participam desse processo, em um estudo etnográfico.

Desejo a todos uma ótima leitura!

Kelmara Mendes Vieira
Editora